

Visões da Vida no Refúgio: Relações de Poder e Resistência

Ana Luiza Lacerda¹

Resumo

Esse artigo lida com a situação vivida pelo refugiado no campo e nos centros de detenção associando o espaço do campo ao refugiado e articulando as relações que são construídas nesse espaço. Através da análise de fotografias e declarações de refugiados argumento que as relações de poder dentro do campo e dos centros de detenção são marcadas pela violência e pela resistência dos refugiados.

Palavras-chave

Refugiados – Campo de Refugiados – ACNUR

Abstract

This article deals with the lives of the refugees inside the refugee's camp and detention centers, associating the space of the camp with the refugees daily life and articulating the relations built inside that space. By looking at photographs and refugee's speeches I argue that the power relations inside the camp are made of violence and resistance.

Keywords

Refugees – Refugee's Camp – UNHCR

¹ Ana Luiza Lacerda é aluna do sétimo período do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio.

Introdução

O Refugiado é parte necessária do sistema de Estados e, como medidas de solução para esse “problema”, são montados espaços de contenção, o Campo² e os centros de detenção (HADDAD, 2008). O refugiado e o campo interagem no dia-a-dia mostrando relações de poder que por vezes parecem ter sido esquecidas pelas agências humanitárias e por parte considerável da academia. Em fotografias, em relatórios e nas decisões políticas, exibe-se uma crença de que nada do que é feito no campo apresenta conseqüências negativas na vida, ou no corpo do refugiado. A cada dia o refugiado é disciplinado e seu corpo é transformado em um receptor de intervenções biopolíticas (FOUCAULT, 2010).

Três esclarecimentos são necessários antes de qualquer argumento ser apresentado. Primeiro; não estou aqui condenando nenhuma agência humanitária, nem tenho a intenção de afirmar que a ajuda humanitária é algo ruim e que precisa ser eliminada. Pretendo apenas realizar uma análise sobre os processos e a constituição do poder nos pequenos procedimentos de um campo. Acredito que novas abordagens são necessárias para a análise destas questões – abordagens essas que podem resultar na mudança de algumas práticas e discursos no âmbito do humanitarismo.

O Segundo esclarecimento é que não irei abordar a questão da caracterização do refugiado como um rótulo, nem a questão da constituição da identidade³. Assim, utilizo aqui a definição legal, de acordo com a Convenção dos Refugiados de 1951, que designa o refugiado como

toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo (ACNUR, 1959)

O terceiro esclarecimento é acerca da escolha por discutir o refugiado e o campo, onde, como dito anteriormente, poder, política, disciplina e biopolítica são encontrados. O ponto é chamar a atenção para um espaço territorial específico destes mecanismos e técnicas, o campo, e para a interface específica entre os sujeitos, o refugiado e os atores humanitários. Não quero afirmar que, por conta das cercas ou da situação normativa, o campo é o único espaço de intervenções violentas. Contudo, o campo é, em primeiro lugar, territorialmente específico e, em segundo, possui processos disciplinares e intervenções biopolíticas específicas. “É necessário entender o campo em

² No artigo o “campo” será utilizado também para a consideração dos centros de detenção.

³ Para o assunto, ver HADDAD (2008).

termos de suas técnicas e táticas de dominação. Não apenas no campo, mas também percebendo que o poder e as técnicas estão ainda no fazer quando da movimentação do refugiado” (FOUCAULT, 2005, p.110).

Por outro lado, não afirmo que o refugiado seja o único sujeito envolvido em dicotomias. Suas fronteiras são similares a todas as relações entre o “eu” e o “outro”, porém, o refugiado é parte da construção do Estado nacional na medida em que representa o oposto do cidadão que constitui esse Estado, e isso talvez o constitua enquanto aporia importante para o entendimento do sistema (SOGUK, 1999). O refugiado se insere na lógica das fronteiras do sistema, contudo, é confrontado por novas oposições binárias no seu dia-a-dia, e não apenas no espaço do campo. Não digo que somos todos refugiados⁴ – e talvez sejamos todos cidadãos –, uma vez que não existem identidades fixas e nem uma única oposição fixa.

Passo então ao objetivo principal deste trabalho. Questionamentos importantes emergem quando olhamos para o refugiado e para o espaço onde ele temporariamente vive. Como é interpretado o refugiado nesse espaço? Como esse se relaciona com seus habitantes? Quais as práticas levadas a cabo no campo? Finalmente, quais são as interações entre o campo e o refugiado e como estas interações são desenvolvidas? De que maneira tais interações transformam, se é que transformam, os procedimentos cotidianos do campo e o esquema maior de “gerenciamento” de refugiados?

Para responder estas perguntas, parto de uma esfera teórica Foucauldiana. Assim, interpreto a política como uma parte necessária e como o meio de interação entre os indivíduos. Todas as relações sociais são relações de poder. O poder é, portanto, algo que transita dentro do campo, dentro de suas fronteiras, nos corpos dos refugiados. Nesse sentido, refugiados são resultados do poder e emanam poder. Assim, a política não pode ser dissociada do poder ou da interação social (FOUCAULT, 2005). Não existem práticas imparciais ou neutras, não há nenhuma saída à política. Distancio-me, portanto, das abordagens teóricas tradicionais nas RI, abordagens essas que acreditam que a política é restrita aos Estados e que o humanitarismo é uma atividade não-política, imparcial e neutra (FORSYTHE, 2005). O humanitarismo é tão político quanto qualquer outra interação e mostra relações de poder, que englobam cada uma e todas as matérias. A política é a essência do social (FOUCAULT, 2010).

⁴ Vide o trabalho de WARNER (1992).

Meu principal argumento nesse trabalho perpassa, então, pela articulação entre as operações e processos dentro do campo e o sujeito refugiado. Mais importante, meu argumento é delineado pela base foucauldiana de entendimento do poder e da resistência enquanto elementos inseparáveis. No campo e nos centros de detenção, os refugiados são excluídos do mundo exterior, ou seja, o mundo dos cidadãos e das normas. Eles passam por processos de intervenção violentos que se traduzem em coação e controle disciplinar. Os processos disciplinares e biopolíticos do campo são, então, chave para o entendimento das relações de poder entre refugiado e agências humanitárias. Ambos os lados são sujeitos políticos, e suas relações, portanto, perpassam por atividades que não são nem apolíticas, nem neutras, e nem imparciais. Assim, o foco desse artigo é problematizar os discursos e as visões teóricas que trazem o refugiado como vítima silenciada e contrastar essa perspectiva com as manifestações dos próprios refugiados. Portanto, o grande objetivo é lançar luz sobre o encontro entre as esferas do poder e da resistência, uma vez que o argumento levantado aqui reside na possibilidade do refugiado de transformar seu cotidiano ou usá-lo a seu favor - quando consideradas suas manifestações de resistência aos processos disciplinares e biopolíticos.

Nas páginas a seguir, discuto estes tópicos tomando por base a análise de algumas fotografias e associando esta análise a alguns posicionamentos predominantes, incluindo aquele estabelecido por agências humanitárias. Estas fotos, a meu ver, falam por si, uma vez que tendem a mostrar de forma extrema um determinado ponto de vista. Elas mostram, intencionalmente ou não, elementos de resistência que emergem no âmbito das relações biopolíticas entre administradores dos campos e centros de detenção e refugiados. No que tange à questão do campo, parto de uma breve análise de mapas e esquemas de organização espacial no intuito de mostrar como se dão as estruturas disciplinares nesse âmbito. Com depoimentos de refugiados, tento realizar o que Malkki afirma ser necessário: escutar as vozes (MALKKI, 1996).

O artigo é dividido em duas seções: Refugiados e Campo. Na primeira seção, discuto as interpretações dos refugiados e exponho as intervenções biopolíticas em seu corpo. Nesta parte, refiro-me também à resistência que emerge em relação a cada interpretação. Na segunda seção passo a uma descrição dos procedimentos disciplinares do campo, e novamente exponho as resistências a cada procedimento.

Refugiados

Definitivamente um rótulo, uma categoria de normalização, uma imposição de comportamentos esperados. Para as agências humanitárias, o refugiado é a vítima da doença de não ter um Estado, é possuidor de traumas, é aquele que precisa de ajuda em um campo de redenção e salvação. Para Agamben (2002) e outros, o refugiado é uma vida animal que perdeu toda a voz e direitos. Para Lisa Malkki, por outro lado, existe a necessidade de mudar a perspectiva carregada por muitas ONGs e pelo ACNUR, onde o refugiado é tido como um emissário mudo, uma massa amorfa (MALKKI, 1996). Nesta visão, que vai um pouco além daquela de “apenas uma vítima”, a voz somente existe se e quando os agentes humanitários a promulgam. Alguém sempre fala por eles, uma vez que são sujeitos emudecidos, e somente agentes humanitários presentes no campo, ou celebridades como Angelina Jolie, podem transmitir o que eles estão tentando dizer. Tendo isso em vista, o presente artigo pretende avançar a perspectiva de que é necessário revisitar essa questão, entendê-la melhor e trabalhá-la de forma a deixar os próprios refugiados falarem por si.

A visão das agências humanitárias

Existe um elo fundamental e mutuamente constituído entre o refugiado e o sistema internacional, de Estados soberanos (HADDAD, 2008). O refugiado é produto da falha do Estado em garantir sua proteção e, dessa afirmação, podemos entender a visão das agências humanitárias –que é baseada na definição legal, mas contém como elemento adicional uma noção de extrema vulnerabilidade e falta de proteção (HADDAD, 2008). O refugiado é uma pessoa sem Estado e, portanto, se encontra totalmente exposto a um ambiente inóspito, somente povoado por perigos (NYERS, 1998). Nesse sentido, o refugiado é visto apenas como uma vítima, como alguém cujas necessidades são as mais básicas – os ditos direitos humanos –, e nada mais. Como relata Liisa Malkki, a forma mais básica e primária com que vemos o mundo se dá em termos geográficos. Nesse âmbito, o mundo é percebido como algo composto por Estados territoriais, conectados por fronteiras e por meio de elementos – como população, nação e cultura –, que fazem sentido apenas dentro daquele território (MALKKI, 1992). Estar fora daquele território é visto como uma condição extremamente problemática, uma patologia. O refugiado incorpora, então, essa condição e é colocado em uma situação ainda pior, uma vez que foi “forçado” a deixar sua terra

natal. Logo, o entendimento geral de que o refugiado é alguém traumatizado se relaciona não só à situação de conflito e violência que experimentou, mas ao fato de que se encontra sem abrigo ou proteção (MALKKI, 1992).

A menos que seja tratado rapidamente, o refugiado quase inevitavelmente irá desenvolver ou uma apatia ou uma atitude indiferente baseada no sentimento de que “o mundo me deve um abrigo”, que posteriormente mostra-se quase erradicável. (MALKKI, 1992)

Esta visão do refugiado como vítima da “doença” da falta de Estado infere que esse precisa ser curado externamente e internamente. A primeira solução para esta “doença” é, como mencionado, abrigo e proteção. Assim, o refugiado precisa de comida, água, saneamento e cuidados médicos, nada mais (MALKKI, 1992). A comida é controlada não somente em quantidade, mas também em qualidade. Fornece-se uma ração alimentar⁵, que é uma mistura não necessariamente simples de ser preparada, e que deve obedecer os padrões que determinadas agências, especialmente o Programa Alimentar Mundial, acreditam ser necessários em termos nutritivos e mais viável economicamente (HYNDMAN, 2000). A forma como o refugiado interpreta a distribuição de comida e sua diversidade é ilustrada na declaração a seguir, extraída de uma entrevista: “Ela levanta às cinco para preparar o chá e o desjejum, ontem, somente chá porque não havia farinha de trigo na última distribuição de comida. Após uma hora lavando as roupas e as crianças ela separa e mói o sorgo para o almoço” (HYNDMAN, 2000, p.108). O acesso à comida é visto, então, de forma peculiar, quando não trágica, podendo ser comparado com prisões. O saneamento, por sua vez, é feito por meio de latrinas.

Intervenções são feitas no dia-a-dia da vida do refugiado. A biopolítica é um processo contínuo e que muda o corpo, uma força que o invade enquanto um efeito direto do poder (FOUCAULT, 2010). A alimentação, por exemplo, é um processo que, no seu fazer, cria um padrão para os corpos, obscurecendo as individualidades e transformando sujeitos em partes de um grupo estatístico. A mulher, o idoso e a criança refugiados têm necessidades diferentes, mas dentro deste grupo estatístico não há espaço para tais diferenças. Nesse âmbito, o grupo sofre um processo de normalização (FOUCAULT, 2005) que culmina em um modelo específico – uma expectativa de comportamento padronizada – que se converte na imagem de um corpo comum. Aqueles que não se enquadram devem ser punidos (FOUCAULT, 2005, p.294).

⁵ Aqui um exemplo de ração diária: 400g de farinha de cereais/arroz/sorgo; 60g de proteína; 25 g de óleo (vitamina A fortificada); 50 g de uma mistura fortificada de alimentos (Milho-Soja); 15g de açúcar; 15g sal iodado. Fonte: <http://www.wfp.org/nutrition/WFP-foodbasket>

Num mundo de Estados soberanos, onde a “santíssima trindade” Estado-Território-Nação é considerada tão importante quanto uma religião, não estar sob os olhos de um protetor soberano é um pecado, cometido pelos homens pecadores que lutam entre si. Esta visão, dominante no discurso da ACNUR, é ilustrada na página principal da agência:

Uma das primeiras necessidades das pessoas após forçadas a abandonar seus lares, sejam elas refugiadas ou internamente deslocadas, é algum tipo de teto sobre suas cabeças. Fornecer abrigo é, portanto, para nós, uma prioridade e o emblema do ACNUR gravado nas laterais das tendas é a imagem recorrente de nosso papel no epicentro de muitas das emergências humanitárias mundiais (ACNUR, 2011)

Esta citação associa novamente a falta de abrigo com o trauma e a necessidade, e também proclama a participação essencial desta agência. Assim, a visão inicial implícita nas definições e políticas das agências humanitárias é a do refugiado como uma vítima. O refugiado, forçado a abandonar seu Estado, sua terra natal, e arrancado de suas raízes, se põe à procura de um abrigo temporário que pode e deve ser fornecido pela agência das Nações Unidas – um símbolo do sistema de soberanos ao qual é delegado o dever de ajudar estas vítimas desesperadas até que possam retornar à sua terra natal ou sejam aceitas em uma nova outra. A solução óbvia fornecida por essas agências é, portanto, providenciar um abrigo, mesmo que este seja inadequado (ACNUR, 2011).

Figura 1



Fonte: ACNUR

Vida Nua - Agamben

Uma diferente concepção do refugiado trazida por Agamben assume um tom de crítica ao tratamento e às práticas desenvolvidas no campo. Contudo, é possível nela observar uma consonância com o discurso humanitário do refugiado enquanto vítima sem participação política ou voz. Agamben vê no refugiado alguma similaridade com um prisioneiro em um campo de concentração (AGAMBEN, 1995). Segundo Agamben (1998), os habitantes de um campo são transformados em sujeitos não-políticos, a cada dia convencidos de que não são nem mesmo humanos.

A teoria de Agamben é baseada nos conceitos gregos que distinguem o *zoe* (vida natural) e o *bios* (vida política qualificada). O significado de *bios* está relacionado à vida de um indivíduo que participa da modernidade, aquele que possui relações sociais e voz política; *zoe*, por outro lado, diz respeito à vida nua para a qual não é permitida a morte como um sacrifício, mas para quem a morte é apenas uma mera decisão, feita por um soberano, acerca de quem se pode deixar ou não viver (AGAMBEN, 1998). A morte em *zoe* é uma banalidade, algo que não afeta a ordem, e a norma é uma “vida que pode ser eliminada ainda que não sacrificada” (PUGGIONI *apud* AGAMBEN, 1998). Neste sentido, sem levar em conta qualquer consideração das normas, o refugiado é “a figura que deveria por definição ser o objeto de direitos humanos mais que qualquer outro, mas que, ao contrário, exemplifica a crise radical do conceito” (AGAMBEN, 1998, P.19). No campo, entretanto, o refugiado não tem direitos – já que estes lhe foram brutalmente dele retirados – e o que lhe resta, em última instância, é a obrigação de sobreviver.

Quando discute o campo, Agamben aponta para os “modelos biopolíticos de poder” (AGAMBEN, 1998a, p. 7). É neste sentido que Agamben afirma que o refugiado é colocado em um ambiente tão inóspito e é tão violentamente tratado que ele perde sua voz. A biopolítica, para ele, é vista então como um movimento de sujeição que não é passível de rejeição ou resistência. Ele observa que, dentro do campo, o que se supunha ser o caminho da “salvação” através das preocupações e ações das organizações internacionais e ONGs, acaba por se enveredar para um processo de confusão: a figura do refugiado enquanto sujeito do Direito Humanitário Internacional e Direitos Humanos se confunde com o refugiado que é forçado a perder suas individualidades e é transformado em uma vida nua.

Agamben enxerga o campo enquanto uma suspensão da norma e a colocação de procedimentos voltados para a manutenção de vidas animais, transformando o refugiado em alvo constante de intervenções. O refugiado recebe seus “direitos” e não pode renegá-los. Tais “direitos”, por sua vez, transformam-se em obrigações e eliminam vozes e protestos (NYERS, 2006). Entretanto, Agamben não reconhece que esta intervenção biopolítica, ainda que seja uma forma de poder, provoca a resistência. Porém, os protestos trazidos a seguir irão demonstrar que mesmo no campo não há espaço para o não-político. Não há espaço para que o poder não englobe as relações e, tão logo, não há espaço para *não* haver resistência. Ainda que se afirme que suas vozes não são ouvidas, não se pode afirmar que elas não estejam presentes ou que tenham sido completamente mortas pela animalização do refugiado. Assim, mesmo com todo o pessimismo agambeniano, e a associação sugerida entre o campo de refugiados e o de concentração, é possível observar a presença da voz do refugiado e as demonstrações de resistência à política do corpo.

No caso do campo de detenção Woomera, na Austrália, a prova da resistência foi realidade. Refugiados entraram em greve de fome por melhores condições e melhor tratamento, uma vez que muitos foram colocados à força em celas, algemados e sujeitados a outros procedimentos utilizados na prisão de criminosos – um paradoxo se considerado o status que deveria concedê-los ajuda e asilo (HUYSMANS, 2006). Mesmo com a greve de fome, as demandas não foram ouvidas. Ainda, não só esses refugiados não foram ouvidos como foram compelidos a encerrar sua greve de fome, sendo forçosamente alimentados. Novamente, e ainda mais enfáticos, os protestos persistiram.

Cerca de 15 detentos costuraram seus próprios lábios para enfatizar sua recusa em comer. Um deles desmaiou e foi levado à cidade de Woomera para tratamento médico. Um detento Iraniano usou seu próprio sangue para escrever “liberdade” em uma parede do campo (SKEERS, 2002).

Figura 2



Fonte: PERSIAN2ENGLISH

Figura 3



Fonte: Justin Lloyd

A partir da observação desses eventos é possível perceber a similaridade entre uma visão que entende o refugiado enquanto vítima que não tem outra preocupação se não se manter viva e uma que enxerga o refugiado enquanto vida animal. Aqui, então, o desafio à percepção das agências humanitárias e da teoria levantada por Agamben fica claro. Desta forma, a visão de Agamben pode ser uma crítica a visão da ACNUR, mas não discorda da situação dramática e não-política do refugiado. Por ser somente uma vítima ou por não ter recebido os direitos aos quais se supõe sujeito, no caso dos refugiados, “o poder penetra no corpo e é exposto no corpo” (FOUCAULT, 2008, p.146). E o poder gera resistência.

Emissários sem voz – Malkki

Em resposta a aos pontos de vista expostos anteriormente, surgem as reivindicações voltadas para a possibilidade de voz dos refugiados. A agência do refugiado é trazida de volta para a vida no campo e considerável importância é dada a ouvir sua voz. O trabalho “*Speechless*” de Malkki, neste sentido, ilustra a preocupação com os argumentos das supostas intervenções não políticas das agências humanitárias (MALKKI, 1998). Sua preocupação, e de outros expoentes deste ponto de vista, é a problemática gerada pela retirada do refugiado de seu contexto histórico e político e pelo entendimento desses refugiados como uma massa amorfa e homogênea. Não há espaço para individualidades. Não há ouvidos para escutá-los. Mas, existem bocas para falar por eles. O refugiado não tem voz, mas o ACNUR pode falar por eles e contar suas histórias de refúgio.

Nesse sentido, é interessante perceber uma mudança no discurso e na apresentação das organizações humanitárias, que estão agora preocupadas em mostrar o refugiado feliz no campo e contar sua trágica história de fuga. O discurso é de que eles não podem falar porque estão traumatizados, mas o ACNUR pode e sabe o que eles querem dizer; eles querem relatar suas histórias passadas. Não existe lugar para suas vozes no campo, menos ainda nos centros de detenção. Nenhuma fotografia, nenhum discurso, nenhuma reportagem mostra o sujeito refugiado e sua história *no campo*, suas frustrações e opiniões.

Então, deixemos que aqui eles falem por si próprios. A seguir, transcrevo um pequeno trecho de um vídeo realizado no campo de Buduburam, onde vivem refugiados Liberianos:

Estou aqui por 12 anos; alguns vivem aqui há 17 anos outros há 10 anos. Chegamos a um ponto em nossa vida de refugiado onde estamos cansados desta vida de refugiado. E queremos que a comunidade internacional e todo o mundo e todas as agencias envolvidas com as atividades dos refugiados, que nos escutem, escutem que estamos fartos dessa situação de refugiados e queremos que alguém venha onde estamos para nos ajudar nesta vida de refugiado. (...)

Um grande número de refugiados não foi empoderado neste campo, foi limitado a este campo. Nossas crianças iam algumas vezes à escola, os fundos não eram suficientes queremos pouco quando conseguimos mandar nossos filhos a uma escola fora (do campo) eles nos cobram pagamento. Você é um refugiado, você deveria estar sob a convenção de refugiados da ONU⁶.

Esses trechos fazem parte de um protesto no qual as mulheres do campo de Buduburam estavam cantando, levantando letreiros, e pedindo para retornar à Libéria com mais que os cinco dólares oferecidos pelo ACNUR. Após alguns dias de protesto elas conseguiram cem dólares. Continuaram protestando, e então 650 mulheres foram presas, mas, novamente demonstrando a força política do refugiado, elas continuaram protestando.

Figura 4



Foto: Grace Blue

O Campo

É válido iniciar com um pequeno entendimento do que é o campo. Seu surgimento data das invasões coloniais e neocoloniais, que utilizavam o espaço do campo para suprimir insurreições, colocando as populações locais dentro desse espaço (AGAMBEN, 1998, p.173). Já no pós-Vestfália, os campos vão se delineando cada vez mais enquanto um lugar de contenção de indivíduos não desejados dentro de um local,

⁶ O vídeo intitulado “Buduburam – A Liberian Refugees Voice” se encontra disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=YP6wDjZjgNQ>>

no qual o soberano decide sobre toda a normatividade (AGAMBEN, 2003). No caso emblemático dos campos de concentração nazistas, a diferenciação do dentro e do fora se torna extrema e a suspensão de todo e qualquer direito se torna a regra.

Uma interpretação inicial do espaço pode ser trazida por Yamashita (2004), que afirma que o espaço é uma ação humana que pretende obter um sentido social através da sua justificação. Já o espaço humanitário é uma prática que se traduz em um espaço de proteção dos direitos humanos (YAMASHITA, 2004). A partir dessa conceituação do espaço humanitário – aqui, especificamente o campo, – enquanto o espaço da proteção dos direitos humanos, partimos para abordagens que questionam essa efetivação dos direitos e encontramos, então, a problematização do conceito de exceção.

A definição de soberania de Schmitt – “Soberano é aquele que decide sobre a exceção” – contribui, para Agamben, para o entendimento do espaço do campo (Schmitt, 1985). A exceção é representada como o espaço no qual o soberano suspende a norma, como em uma declaração de guerra na qual o corpo legal do Estado normal é suspenso, porém não extinguido. Essa suspensão da normatividade cria no espaço de exceção um controle total do soberano sobre as vidas, retirando do indivíduo a maioria de seus direitos. Neste sentido, a exceção é uma condição temporária e relacionada, como nos lembra Walker, a grandes declarações de guerra, não a uma quantidade de pequenas decisões (WALKER, 2005). Isto é, a exceção é, mais uma vez, restrita aos cidadãos sob o domínio do poder soberano, ainda que se configure como uma condição temporária.

O campo, para Agamben, é a exceção. Como já mencionado na definição agambeniana do refugiado, *aquilo* que vive no campo é diferente do sujeito da vida política moderna; *aquilo* dentro do campo é o oposto do que vive fora, a vida *bios* precisa da vida *zoe* para se afirmar como diferente (AGAMBEN, 1998). Dentro, não existem normas protegendo ninguém, somente há corpos. Parece que a noção de Agamben do campo como uma exceção é uma noção fixa que vê a cerca como o fim da exceção. Entretanto, existe um ponto que traz essas fronteiras à discussão. Agamben argumenta que há um processo de desdiferenciação entre o dentro e o fora, entre a vida nua e a vida política (PUGGIONI *apud* AGAMBEN, 2006). Este argumento parece implicar em uma idéia de que a exceção está se misturando no espaço e tempo de presença das normas. E ainda, que a vida nua e a vida política vão de encontro a isso, e que as cercas já não são mais tão seguras. Portanto, a exceção está agora em todo lugar, mas não no sentido de que existem múltiplas exceções, mas que o mundo esta se

transformando em uma exceção e que cada um dos cidadãos está sendo despido de seus direitos. O que é concluído aqui, portanto, é que a contribuição de Agamben chama atenção para uma transformação dos sujeitos, não só dentro do campo, mas em todos os espaços que também têm se transformado em espaços de exceção.

Outra interpretação do campo pode ser inferida a partir das contribuições teóricas sobre a política moderna trazidas por Walker. Esse autor afirma que o “fora” precisa do “dentro” para existir e que o “dentro” precisa do “fora” para se construir em oposição (WALKER, 1993). A vida política moderna é, então, feita de dicotomias. Exceção é exclusão (WALKER, 2005). Partindo daí, argumento, então, que a exceção, diferentemente do que afirma Agamben e Schmitt, está em todos os espaços – porém não como algo que se propaga – nos quais as dicotomias persistem, de maneira que a norma será o normal para aqueles que estiverem sob ela e será exceção para aqueles que não estão, e vice-versa. Assim, não é uma questão de “vazamento” ou desdiferenciação, mas de uma presença constante dos dois opostos norma/exceção em todas as situações e tempos. Nesse ponto, algumas questões podem ser trazidas sobre as normas que diferenciam o campo do lado de fora. Pode-se questionar, por exemplo, o que marca a espaço-temporalidade particular do campo – caso tal particularidade exista de fato. Porém, concordando que existe uma particular espaço-temporalidade no campo, é importante notar que todo e qualquer espaço e tempo é particular e, ao mesmo tempo, igual, operando, porém, via diferentes técnicas – e essa é a razão para que aqui se explore o espaço do campo, ou seja, pelas suas técnicas e processos específicos. A cerca do campo é mais uma linha, mais uma fronteira territorial entre o “fora” e o “dentro”, entre o “eu” e o “outro”, é parte da sociedade na qual lei e normas operam e na qual ocorrem relações de dominação que não se colocam entre soberanos, mas entre sujeitos (FOUCAULT, 1977-2005; WALKER, 2005). As oposições e as exclusões não são exclusivamente territoriais, não são restritas ao refugiado, elas marcam as aporias da vida política moderna, e é nessas aporias que a política opera (WALKER, 2005).

Aqui, eu gostaria, portanto, de trazer a visão do campo daqueles que ali dentro estão:

Nossas vidas no campo são bem piores do que você pode imaginar. Vivemos em uma prisão a céu aberto, longe da justiça e humanidade. Nós falamos, mas nossas vozes nunca foram ouvidas. Movemos-nos, mas apenas dentro de uma gaiola. Temos muitas habilidades e talentos, mas nos é negada uma chance de maximizar nosso potencial. Estamos acorrentados a uma vida cheia de estresse e desespero, uma vida que muitos preferiram a morte. Negam-nos oportunidades de educação e emprego. Vivemos em uma condição sem água, comida ou estrutura médica adequada. Somos arbitrariamente batidos ou detidos pela polícia dentro do confinamento do campo. Falta-nos

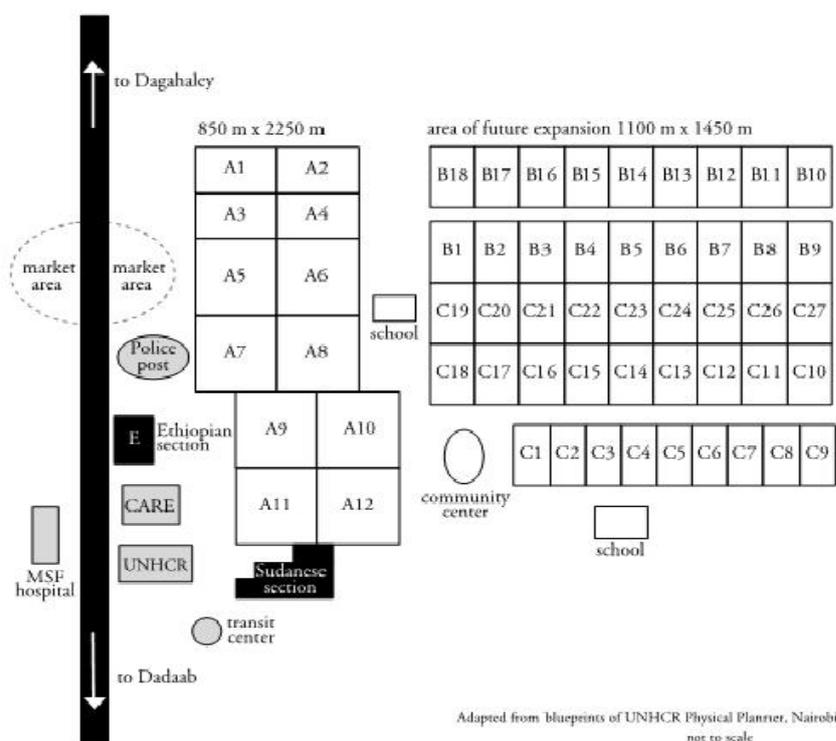
a possibilidade de nos expressarmos livremente ou controlar nossas vidas e as decisões que elas afetam (REFUGEE SILENT WELFARE COMMITTEES, 2010).

Quando desse tipo de colocação, as agências humanitárias afirmam que o refugiado é ingrato e não reconhece a salvação dada pelo ACNUR e as ONGs. Mas, ainda assim, sua voz não é calada. “Não queremos essa salvação, não queremos ser salvos por essas pessoas nem por esses meios” (FOUCAULT, 1977-2005, p.265).

No que tange à interpretação da geografia do campo, é possível se apoiar nas contribuições sobre o conceito de disciplina presentes no trabalho de Foucault (2002), disciplina essa que tenta controlar o indivíduo refugiado, fazendo-o se encaixar em uma definição pré-determinada do que é ser um refugiado. E ainda, olhando para o conceito de biopolítica, encontramos uma conexão entre a governamentalidade do sujeito e as práticas de poder no campo – práticas essas que controlam a massa, colocam os sujeitos em estatísticas e intervêm em seu corpo. Porém, como já mencionado, relações de poder e processos de poder contêm resistência, e a resistência é parte do poder. Portanto, analisando o poder nas relações entre agentes humanitários (e policiais no centro de detenção) e refugiados é importante olhar para a resposta do refugiado.

O campo é construído e se desenvolve em seus processos diários de disciplina e controle. Contagem de cabeças, separação geográfica e procedimentos ditos segurança são exemplos desses processos. Em todos os espaços do campo existem controles sobre aonde os refugiados podem ir, quando podem sair de suas tendas. No controle dos movimentos, na definição do tempo da vida e na espacialização das atividades, a disciplina emerge para mostrar que todo e cada refugiado está sob os olhos daquele que vigia (Foucault, 2008, p.289). O objetivo inicial da disciplina é separar e designar os mecanismos que vão lidar com uma multiplicidade específica (FOUCAULT, 2008). Logo, o refugiado é uma categoria criada pela e para a disciplina para que haja um modelo, um quadro de comportamentos esperados. A normalização indica um espaço no qual o refugiado deve permanecer confinado e dita as maneiras como se deve lidar com esse refugiado. Não há lugar para particularidades ou individualidades, há apenas categorias e multiplicidades.

Figura 5



Fonte: HYNDMAN, 2000, p.98. Adaptado.

A contagem de cabeças, por exemplo, serve enquanto forma de realizar um censo do campo, determinar as categorias dentro da categoria, saber o número de bocas a serem alimentadas. No trecho reproduzido a seguir, um relatório feito por um agente de campo do ACNUR, é demonstrado o esquema disciplinar da contagem de cabeças:

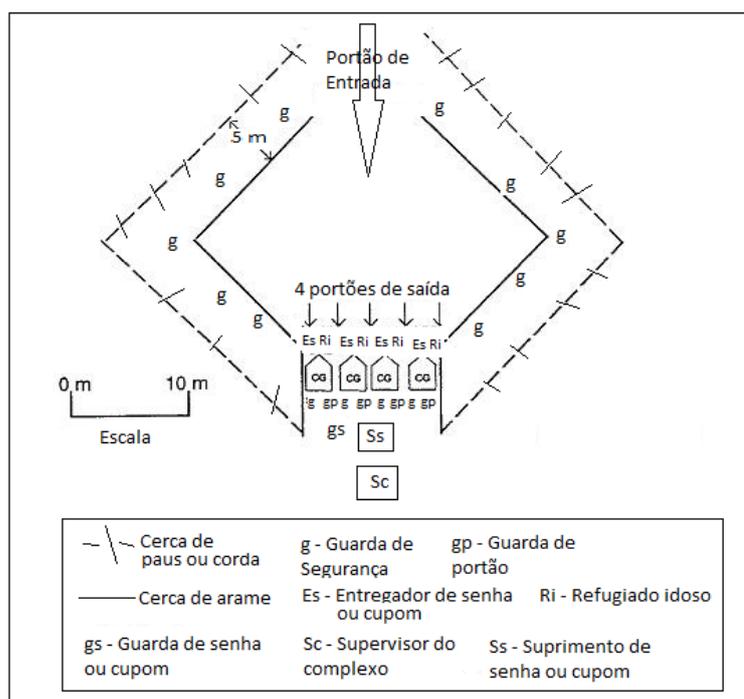
Em junho de 1993 no campo de refugiados de Mandera, no norte do Quênia, foi realizado discretamente uma contagem de cabeças dos refugiados somalis. O propósito do exercício era determinar corretamente o tamanho da população do campo, e assim reduzir o número inflado de cartões de alimentação falsos circulando no campo. O plano foi organizado secretamente para que os refugiados não subvertissem o processo de contagem. Às cinco da manhã aproximadamente 200 policiais e soldados quenianos cercaram o campo. Seis centros de contagem foram montados. Todos os refugiados foram acordados e instruídos a se direcionarem ao centro de contagem mais próximo, centros esses cercados e escoltados. O pessoal do ACNUR, muitos trazidos de outras localidades para auxiliar se comunicavam entre os centros com walkie-talkies. O objetivo inicial era conseguir colocar todos os refugiados dentro de algum dos seis locais cercados. Os refugiados então entraram em filas em estreitos corredores dentro dos quais apenas uma pessoa poderia passar de cada vez. Aí então eles foram contados – suas mãos marcadas com tinta para mostrar – e foram levados para a próxima área limitada por cordas dentro do centro cercado. Números de registro foram alocados e cartões de alimentação distribuídos e os refugiados foram então liberados para voltar ao campo. O exercício terminou ainda no começo da manhã (HYNDMAN, 2000, p.127)

Esse processo cria uma conexão entre disciplina e estatística. É necessário haver um procedimento disciplinar para que se possa corealizar tal contagem, já que os refugiados não ficariam esperando serem contados se não fossem obrigados a tal.

Porém, mesmo nesse procedimento disciplinar de contagem de cabeças, os refugiados tentam utilizar em seu favor o que é feito. Por exemplo, alguns refugiados não participam da contagem fugindo da fila por brechas no corredor cercado. Outros se infiltram mais de uma vez na fila, para que o número de refugiados seja inflado e o fornecimento de comida aumente. Ainda, outros vendem ou trocam seus cartões de alimentação na cidade ou no próprio campo e tentam manipular os procedimentos em seu favor.

A disciplina e o poder pastoral, que tenta controlar de maneira mais leve a conduta do refugiado, dão lugar então a pequenos movimentos de insubordinação e desvios de conduta (FOUCAULT, 2010, p.256). Nesses pequenos processos de poder, a resistência emerge e o poder totalitário do campo é desafiado por aqueles que dentro dele estão.

Figura 6



Fonte: HYNDMAN, 2000, p.128. Adaptado.

A biopolítica então emerge enquanto outra forma de controle no campo. A biopolítica lida com o fenômeno que ocorre dentro da massa e é indiferente ao indivíduo, atendo-se apenas a categorias. Contudo, o refugiado é na verdade uma multiplicidade de experiências e, portanto, converte-se em uma complexidade onde o único ponto em comum é a experiência do deslocamento e sua colocação em diferentes

categorias (SOGUK, 1999). A biopolítica também trabalha com o auxílio da disciplina, como mostrado no exemplo do controle qualitativo e quantitativo da alimentação no campo. Para intervenções no corpo do refugiado, é preciso obediência. Assim, quando falamos de biopolítica, referimo-nos também aos mencionados cartões, números, categorias e demais mecanismos de controle.

Figura 7



Fonte: Washington Post

Assim, biopolítica e disciplina, essências do campo, são partes de uma tentativa de conter o instável, corrigir o fluxo e territorializar aqueles que não poderiam ser contáveis e estabilizáveis se não contidos (NYERS, 2006, p.49). O refugiado é transformado em uma forma estatística de colher informação e categorizar, inserindo o indivíduo refugiado em uma categoria, transformando categorias em estatísticas e estatísticas em base para um novo processo de categorização. E ainda que existam relatos sobre a rejeição de seus próprios direitos por parte de alguns desses refugiados como forma de protesto, a polícia dos campos os fazem “engolir” esses ditos direitos. O refugiado tem que viver e é isso que aqueles que lidam com os indivíduos que não se encaixam no estereótipo de vítima argumentam de forma a forçá-los a se encaixarem e viverem. Nenhum protesto é permitido. O processo de lidar com o refugiado demonstra, então, que a relação entre proteção e obediência é extremamente delicada (NYERS, 2000).

Conclusão

Esse artigo tentou levantar algumas questões sobre a situação dos refugiados no campo. Inicialmente, foi abordada a visão trazida pelas agências humanitárias em seus discursos e políticas. Argumentou-se que essas agências realizam procedimentos de

natureza biopolítica, com o auxílio da disciplina. O ACNUR trata essas vítimas como apolíticas e sem agência, ao mesmo tempo em que também se considera apolítico por estar lidando com tamanha atividade de caridade e bondade, atuando por princípios mais nobres do que a política. O momento de inserção do refugiado no campo é considerado também como um momento apolítico, um momento de entrega e salvação emocional, um momento de encontro entre o refugiado e seu salvador. Com tais afirmações e crenças, fica clara a existência do pressuposto por vezes silencioso de que nada além do Estado pode ser político. As atividades humanitárias, então, seguem ainda os princípios e crenças de origem, trazidos pela Cruz Vermelha, ainda que se saiba que operar em um ambiente altamente politizado possa representar um desafio para a atuação humanitária neutra (FORSYTHE, 2005; ACNUR, 2000). Assim, as necessidades e pensamentos dos refugiados, supostamente restritos àqueles que têm tempo e força para a política, não serão conhecidos nem ouvidos. Sem buscar entender a agência política do refugiado e permanecendo com a crença de que o humanitarismo pode se dar de forma apolítica e neutra, as agências humanitárias vão continuar se deparando com os ditos paradoxos da ação humanitária (TERRY, 2002).

Com o mesmo resultado da visão das agências humanitárias, a visão de que o refugiado se constitui como uma vida nua em nada contribui para um entendimento desse enquanto sujeito político. Visto que uma vida nua é animalizada, essa jamais terá capacidade política e, assim, nenhuma voz existe para que se chegue a pensar em ouvi-la. Assim, é também necessário mudar a perspectiva e buscar entender o refugiado não como uma vida moribunda, mas como um sujeito político capaz e desejoso de intervir e transformar suas interações e destinos.

O refugiado que resiste que usa seu corpo para confrontar e subverter os mecanismos de disciplina é visto como ingrato e anormal. A resistência do refugiado é encarada com horror e surpresa, pois estão escapando do esperado. Muitos afirmam que os queresistem não apenas são ingratos, mas estão doentes e agressivos por conta dos traumas e que, assim, não conseguem separar o bem do mal (MALKKI, 1992).

Do outro lado, há a articulação entre o refugiado e o campo. Olhando para os mecanismos de disciplina e biopolítica, vimos que o campo está inserido em uma lógica maior de biopoder que controla pessoas que não deveriam estar em movimento. O campo é feito de micro-mecanismos que confundem poder e política, poder e relações, poder e controle (FOUCAULT, 2008, p.4).

Nesse sentido, se considerarmos que o refugiado é parte desses processos políticos e relações de poder, pode-se enxergar que o refugiado tem o que falar e protestar e, só então, será possível ouvir o que ele almeja e o que pensa. Possivelmente, com um melhor entendimento do refugiado, uma nova relação entre esse e os agentes humanitários seja criada – relação essa que pode ser menos violenta e eficiente. Ainda assim, sabe-se, porém, que as relações de poder não serão encerradas, mas que elas serão esclarecidas e, portanto, poderão ser mudadas. A esperança é, portanto, de relações menos violentas – principalmente nas intervenções no corpo do refugiado –, de processos disciplinares mais cooperativos e menos coercitivos, e do fim do tratamento do refugiado como criminoso nos centros de detenção. A única forma de mudar a perpetuação da violência dentro do campo é revertendo a maneira de ver a política e as identidades, rejeitando e questionando a lógica das políticas “pré-prontas” que permeiam a ação humanitária.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Boitempo Editorial, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Statistical Yearbook. Demography, Characteristic and Location**. ACNUR, Genebra, 2009.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **The State of World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action**. ACNUR, Genebra, 2000.

BLUE, G. Foto: We are a refugee people – **Somali refugees in Dadaab camp in Kenya. Dadaab**, 25 de Fevereiro de 2009. Disponível em: <
<http://www.flickr.com/photos/graceblue/3354472668/>>. Acesso em: 20 maio 2011

BUDUBURAM – A LIBERIAN REFUGEES VOICE. Vídeo, 25 de Abril de 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=YP6wDjZjgNQ>>. Acesso em: 25 maio 2011

FORSYTHE, D. **The Humanitarians - The International Committee of the Red Cross**. Cambridge University Press, Cambridge, 2005.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**, Martins Fontes Ed., São Paulo, 2005

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Martins Fontes Ed., São Paulo, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France, 1977-2005. Tradução de E. Brandão, Martins Fontes Ed., São Paulo, 2008.

FOUCAULT, M. **The Subject and the Power**. Critical Inquiry, Vol. 8, No. 4 verão 1982, pp. 777-795. The University of Chicago Press, Chicago.

HADDAD, E. **The Refugees in International Societies**. Cambridge University Press, Cambridge, 2008.

HUYSMANS, J. **The politics of protection: sites of insecurity and political agency**. Routledge, Nova York, 2006.

HYNDMAN, J. **Managing Displacement: Refugees and the Politics of Humanitarianism**. University of Minnesota Press, Minneapolis, 2000.

LLOYD, J. Foto: Asylum seekers at Villawood. **THE PUNCH**, Austrália, 21 de Abril de 2011. Disponível em: <http://www.thepunch.com.au/articles/mandatory-detention-conditions-fuel-the-fire/asc/>. Acesso em: 15 maio 2011.

MALKKI, L. National Geographic: The Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity among Scholars and Refugees. **Cultural Anthropology**, Vol. 7, No. 1, Fevereiro 1992, pp. 24-44.

MALKKI, L. Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization. **Cultural Anthropology**, Vol. 11, No. 3, Agosto 1996. pp. 377-404.

NYERS, P. 'On Humanitarian Violence: Humanity and the Logic of Sovereignty,' in Samantha Arnold and J. Marshall Beier, eds., **(Dis)Placing Security: Critical Re-evaluations of the Boundaries of Security Studies**. Centre for International and Security Studies, Toronto, 2000, p. 71-78.

NYERS, P. Refugees, Humanitarian Emergencies, and the Politicization of Life. **Refugees**, v. 17, n. 6, p. 16-21, 1998.

NYERS, P. **Rethinking Refugees: Beyond States of Emergency**. Routledge, Nova York, 2006.

PERSIAN2ENGLISH. **Refugees in Australia continue hunger strike as frustration and anger escalate**. 24 nov. 2010. Disponível em: <<http://persian2english.com/?p=16932>>. Acesso em: 15 maio 2011

REFUGEE SILENT WELFARE COMMITTEES. **A Voice from the Voiceless – Dadaab Refugee Camps Kenya**. Journeys and Star Gazing, 2010. Disponível em: <<http://dodona777.wordpress.com/2010/03/09/a-voice-from-the-voiceless-dadaab-refugee-camps-kenya/>>. Acesso em: 20 maio 2011

SCHMITT, C. **Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty**. MIT Press, 1985.

SKEERS, J. Australian Asylum seekers in desperate hunger strike. **World Socialist Web Site**, 10 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.wsws.org/articles/2002/jul2002/refu-j10.shtml>>. Acesso em: 20 maio 2011.

SOGUK, N. **States and Strangers: Refugees and Displacements of statecraft**. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1999.

TERRY, F. **Condemn to Repeat: The Paradoxes of Humanitarian Action**. Cornell University Press, 2002.

WALKER, R. B. J. **International, Imperial, Exceptional:** With But Mainly Against Kant. Artigo preparado para a International Studies Association Meeting, Honolulu, HAWAII, Março 2005.

WALKER, R. B. J. **Inside/outside:** international relations as political theory. Cambridge University Press, Cambridge, 1993

WARNER, D. **We are all refugees.** Oxford University Press, 1992.

WASHINGTON POST. Foto: **Somalia Famine.** Estados Unidos, 08 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/rf/image_606w/2010-2019/WashingtonPost/2011/08/01/Foreign/Images/2011-08-01T122543Z_01_AFR65_RTRIDSP_3_SOMALIA-FAMINE.jpg>. Acesso em: 20 maio 2011.

YAMASHITA, H. **Humanitarian Space and International Politics:** The creation of Safe Areas. Ashgate Publishing Company, Burlington, 2004.